

## Os brasileiros: o personagem bolsonarista e o processo descivilizador

## The Brazilians: the bolsonarist character and the descivilizing process

Flávio Py Mariante Neto  
Universidade Luterana do Brasil – ULBRA – Canoas – Brasil  
[flaviomariante@hotmail.com](mailto:flaviomariante@hotmail.com)

Adrielle Chiesa Gaio  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – Brasil  
[adriellechiesagaio@gmail.com](mailto:adriellechiesagaio@gmail.com)

Daniel Giordani Vasques  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – Brasil  
[dqvasques@hotmail.com](mailto:dqvasques@hotmail.com)

Mauro Myskiw  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre – Brasil  
[mmykiw@hotmail.com](mailto:mmyskiw@hotmail.com)

### Resumo

A corrida presidencial brasileira de 2018 e a consumação da vitória do candidato Jair Bolsonaro trouxeram à tona uma discussão em torno da temática do fascismo. A partir disso, objetivamos, com esse artigo, refletir sobre o bolsonarismo a partir do livro “Os alemães” de Norbert Elias a fim de escapar da explicação confortável que postula a manifestação de uma barbárie como exceção à regra do processo civilizador. Através de um ensaio observacional elencamos quatro categorias empírico-analíticas que apresentam discursos e comportamentos e que sustentam a configuração: o personagem bolsonarista, violência, gerações e marxismo. Após as reflexões desse composto analítico, repercutimos que o bolsonarismo indica um caminho de tensionamento de ganhos sociais referentes à liberdade, à inclusão e ao respeito às diferenças. Isso indica uma ruptura no processo civilizador.

**Palavras-chave:** bolsonarismo; política; sociologia política.

### Abstract

The 2018 Brazilian presidential race and the victory of candidate Jair Bolsonaro brought up a discussion around the theme of fascism. From this, we aim, with this article, to reflect on the “bolsonarism” from the book “The Germans” by Norbert Elias in order to escape the comfortable explanation that postulates the manifestation of a barbarism as an exception to the rule of the civilizing process. Through an observational essay, we listed four empirical-analytic categories that present discourses and behaviors and that sustain the configuration: the “bolsonarism” character, violence, generations and Marxism. After the reflections of this analytical composite, we perceive that the “bolsonarism” indicates a path of tensioning social gains related to freedom, inclusion and respect for differences. This indicates a break in the civilizing process.

**Keywords:** bolsonarism; politics; political sociology.

## 1.Introdução

A corrida presidencial brasileira de 2018 e a consumação da vitória do candidato Jair Bolsonaro trouxe à tona, ao menos como discussão política, o retorno do fascismo. Não se trata de uma abordagem estática do movimento de Mussolini na Itália do século XX, mas de se pensar o fascismo na atualidade como movimento vivo. O termo passou a fazer parte de discussões de veículos de imprensa, de intelectuais e de sujeitos nas redes sociais, de modo a relacionar-se com elementos do bolsonarismo. O *Google Trends*, ferramenta que elabora um ranking dos termos mais buscados pelos usuários na internet, divulgou que a busca mais acionada no Brasil em 2018 foi a pergunta “o que é fascismo?”<sup>1</sup>.

Uma associação entre os discursos de Jair Bolsonaro e discursos característicos do fascismo pode ser operada a partir do exame de diversas frases polêmicas e antidemocráticas enunciadas por Bolsonaro, desde quando era Deputado Federal, referentes a situações e grupos vistos por ele como “à margem da sociedade”, com a marca do ultraconservadorismo brasileiro aliado ao fundamentalismo religioso. É possível identificar diversas falas de ódio suas sobre LGBT’s, negros, professores, mulheres, indígenas, quilombolas, representantes de classe e defensores de pautas identitárias. Além disso, também são evidentes<sup>2</sup> atos de censura exercidos por grupos de apoio a Bolsonaro durante e após a corrida presidencial. Em outubro de 2018, no mês da eleição, duas importantes universidades do Rio de Janeiro – a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – foram obrigadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro a retirar faixas que enunciavam “Direito Antifascista” e “Direito UERJ Antifascista”, sob alegação de propaganda eleitoral irregular. Em resposta, a OAB-RJ havia acusado as decisões da Justiça Eleitoral de censura.

A partir destas evidências nos questionamos como e em que medida características e traços do fascismo se manifestam e são sustentados na sociedade brasileira no período de governo de Jair Bolsonaro. Para tal, nos aproximamos do sociólogo Norbert Elias, responsável pela teorização do que chamou de “processos civilizadores”. Elias (2011) identificou mudanças drásticas nos modelos sociais de conduta e de sensibilidade, sobretudo em círculos das classes sociais altas, a partir do século XVI, quando o domínio da conduta e da sensibilidade tornou-se mais rigoroso, mais diferenciado e abrangente, além de ser mais regular e mais moderado. São essas mudanças que o sociólogo caracteriza como indicadoras de civilidade, ao conjugá-las com o processo de formação do Estado e o monopólio deste sobre a violência. Nesse sentido, Elias (2011) refere-se ao processo civilizador como um processo espontâneo e não planejado de controle das emoções – dentre elas, a violência, em que aspectos da sociogênese e da psicogênese atuam entre si de forma interdependente.

Na obra intitulada “Os Alemães” (1997), Elias investiga como, dentro do processo civilizador da sociedade alemã, a barbárie do holocausto pôde ser aceita e institucionalizada. O sociólogo argumenta que o processo civilizador é munido de tensões e estas, quando desequilibradas, podem provocar rupturas e originar um “processo descivilizador” (ELIAS, 1997 p. 14). Nessa perspectiva, são elementos de ruptura no processo civilizador que dão vazão a eventos de extrema violência, como o holocausto.

---

<sup>1</sup> Disponível em < <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2018-01-01%202018-12-31&q=O%20que%20%C3%A9%20fascismo&geo=BR>> . Acesso em 01 mar. 2021.

<sup>2</sup> Diversas notícias têm mostrado o emprego da censura como estratégia política, por exemplo em <https://istoe.com.br/a-censura-outra-vez/> e <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-08/casos-de-censura-a-imprensa-no-brasil-expoem-clima-de-degradacao-da-liberdade.html> Acesso em 09 dez. 2021.

Logo, a problemática discutida pelo autor diz respeito a quando é o Estado quem tenciona e aceita rupturas no processo civilizador, forçando, assim, a formação de um processo descivilizador.

Nesse sentido, a partir do exercício comparativo, nos interessa reconhecer quais os elementos de ruptura do Processo Civilizador da configuração social brasileira do governo Bolsonaro que se interrelacionam com elementos da configuração social da Alemanha nazista, bem como interpretar os elementos originais que respondem a um processo de longo prazo de pedagogização barbária no contexto brasileiro. Para fins de análise, nos importa tanto a convergência quanto a divergência. As incoerências e inconstâncias na teoria eliasiana sobre o processo descivilizador com o fenômeno bolsonarista funcionam de forma produtiva fazendo, assim, com que haja uma ressignificação de ambos.

Nosso objetivo, para tanto, é refletir sobre o bolsonarismo a partir da obra “Os Alemães” de Norbert Elias (1997) a fim de escapar da explicação confortável que postula a manifestação de uma barbárie como exceção à regra do processo civilizador. Entendemos que o bolsonarismo não é exceção, mas resultado de um processo de pedagogização da violência e de tensão do processo civilizador. Assim, nos interessa investigar o bolsonarismo como reflexo de sentimentos sociais – relações entre comportamentos individuais e ações do Estado –, a partir de uma análise de configuração social dado que, “assim como no desenvolvimento de uma pessoa individual, as experiências de períodos anteriores de sua vida continuam tendo um efeito no presente, também as experiências passadas influem no desenvolvimento de uma nação” (ELIAS, 1997, p. 8).

## **2. A sociologia configuracional de Norbert Elias**

Alemão, filho de judeus, Norbert Elias nasceu em Breslávia, cidade que já pertenceu à Polônia e à Áustria, mas que, quando no nascimento do sociólogo, fazia parte do território alemão. Elias teve uma ligação com o exército, servindo na primeira guerra mundial como soldado alemão. Suas incursões acadêmicas foram feitas nas áreas da medicina e da filosofia. Essa formação social/biológica, segundo ele<sup>3</sup>, lhe deu a possibilidade de refletir sobre a inseparabilidade indivíduo/sociedade, uma das relações mais importantes dentro dos seus textos.

Na maioria de suas obras, essa indivisível relação é abordada. Porém, em algumas obras esse tema é descrito com mais ênfase. O principal exemplo é o livro “A sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994). Elias aponta caminhos interpretativos para compreender o indivíduo e a sociedade que, em um primeiro momento, parecem ser elementos antagônicos. Segundo essa teoria, não há como separar esses dois elementos, na medida em que a sociedade não é uma “entidade” fora do indivíduo, nem este é um ente isolado, fora de uma relação maior entre outros indivíduos que, por suas ligações constituem o que, normalmente, denominamos “sociedade”.

Uma relação imbricada por uma cadeia de relações que constitui o que o autor chama de “dependência funcional”. Porém, apesar de “indivíduo” e “sociedade” serem termo fortemente presentes na obra de Norbert Elias, esta não parece a melhor forma de compreender as relações. Tanto isso é verdade que nessa mesma obra – A sociedade dos indivíduos – Elias aponta que são termos que não exprimem a maneira como o autor melhor compreende as relações sociais. Qual seria, então, o termo mais alusivo às relações sociais e nos direcionamentos condizentes com o comportamento humano?

Para responder a essa questão, o termo que mais comporta as análises seria o conceito de “configuração”. Esse conceito é sustentado por uma riqueza empírica que analisa desde as realidades pós Idade Média, no texto “A sociedade da corte” (ELIAS,

---

<sup>3</sup> Esses excertos foram retirados da obra “Norbert Elias por ele mesmo” (ELIAS, 2001), uma coletânea de sete entrevistas em que o autor discorre sobre sua história.

2001), às formas de comportamento desde o século treze na sua principal obra: o primeiro volume de “O processo civilizador” (ELIAS, 2011). A sua crescente interdependência que culminou no surgimento do Estado, assunto que deu origem ao segundo volume da obra (ELIAS, 1993). As configurações são as formas sociais em que indivíduos se unem através de rede de interdependências formando as diferentes instâncias sociais.

Assim, as configurações são uma relação inseparável entre o indivíduo e a sociedade, relativizando uma ideia dualística que separa esses dois termos. Segundo palavras do próprio autor, no texto “Introdução à sociologia” (ELIAS, 2014), tal reificação é um encorajamento constante à ideia de que a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível.

Essas concepções tradicionais serão substituídas por uma visão mais realista de pessoas que, através de suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Essas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas pessoas constitui um ego ou uma pessoa, como muitas vezes se diz na linguagem reificante. Entre essas pessoas colocamos-nos nós próprios (ELIAS, 2014). Assim, o que mais importa no tratamento teórico das configurações é compreender que as ligações entre os indivíduos formam uma teia de interdependência no qual não só o “meio” interfere nas atitudes do sujeito, como este é, também, um agente nas relações.

Por isso, o autor sugere que é fundamental no tratamento desses problemas das ligações sociais se queremos resolver a questão de quais as relações que ligam as pessoas umas às outras, constituindo os alicerces de sua interdependência. Ao dialogar com autores clássicos da sociologia, como Durkheim, Elias (2014) cita que os sociólogos estariam mais acostumados a encarar as relações humanas essencialmente sob a perspectiva do “eles”.

Por exemplo, é possível proceder e encarar as ligações humanas essencialmente no contexto de uma especialização de trabalho, que faz com que as pessoas se tornem cada vez mais dependentes umas das outras. Para Elias, não restam dúvidas que essas ligações são importantes, mas as ligações a que se referem são ainda meramente econômicas. A obra elisiana se caracteriza com um diálogo forte com os trabalhos marxistas.

Nessa lógica, o texto a seguir está organizado a partir de quatro elementos configuracionais, construídos com base na observação da realidade social e na análise da obra “Os Alemães”. A estratégia metodológica adotada foi do tipo observacional, feita com base na observação crítica das ações e comportamentos daquilo que vem se denominando na literatura acadêmica como “bolsonarismo”. A partir disso, apresentamos, em um texto ensaístico – no sentido de exercício interpretativo da realidade feito a partir de uma teoria sociológica –, os quatro elementos que perfazem a configuração desse trabalho: o personagem bolsonarista, violência, gerações e marxismo.

### **3. A construção do bolsonarista**

Como já foi tratado anteriormente no presente artigo, a teoria de Norbert Elias é baseada em muitos exemplos de personagens empíricos. Essa construção analítica – dos personagens – está baseada em um olhar de entendimento de que, ao analisarmos um indivíduo, estamos analisando a configuração social, pois, para Elias, não há diferença entre “indivíduo” e “sociedade”. Sempre estamos olhando para elementos configuracionais.

Na esteira dessa afirmação, Elias fez a análise de vários personagens, como Mozart (ELIAS, 1995), o Rei Luís XIV (ELIAS, 2001) e o cavaleiro medieval (ELIAS, 2011). Do ponto de vista configuracional, o autor, ao compreender esses personagens faz uma relação entre a psicogênese (formação da psique) e a sociogênese (formação social) que compreende os caminhos interpretativos da configuração. No caso da obra “Os alemães”, Elias discorre sobre Adolf Eichmann, patente superior do exército alemão e que foi responsável direto pelo extermínio de milhares de judeus. Com base na análise configuracional, Elias mostra como os processos sociais foram sendo incorporados por Eichmann, indivíduo medíocre, com poucas capacidades intelectuais, e foram transformando-o em um indivíduo (elemento configuracional) capaz de combater atrocidades em função da ‘pedagogização do mal’.

A partir desses pressupostos, no Brasil atual e em razão desse processo político e cultural em que vivemos, surgiu o personagem empírico “bolsonarista”<sup>4</sup>. Indivíduo representativo de uma configuração calcada por elementos contemporâneos como a pouca capacidade intelectual, a falta de reflexões sociais mais profundas e que acredita em teorias conspiracionais, de modo a invalidar a ciência e a desacreditar na capacidade de transformação do conhecimento.

Materializando essas afirmações, vimos, nesses últimos anos, algumas transformações nas instituições e na chamada cultura “erudita” que vão ao encontro dessas transformações. Como exemplo, a interferência na escolha de reitores nas universidades federais, desacreditando o processo democrático de escolha entre os membros das instituições, é um fortalecimento de uma crença governamental de que os processos institucionais devem ser geridos por indivíduos afeitos às ideias do governo. Além disso, o surgimento de “gurus” sem formação acadêmica e pouco conectados com a realidade concreta, como Olavo de Carvalho, é um indício de que o governo menospreza os processos educacionais e acadêmicos mais tradicionais.

Essas transformações estão inseridas no que Elias (1997) teoriza como gradiente de formalidade/informalidade, o qual responde aos níveis de violência em uma dada sociedade. Quando maior o gradiente entre a formalidade e a informalidade, maior os níveis de controle social; quanto menor o gradiente, menor é o controle da violência. Nesse sentido, a informalidade é construída como elemento central da barbárie, de modo que Bolsonaro e seus gestores admitem uma performance de espontaneidade premeditada no sentido de pedagogizar as pessoas para a antipolítica a partir da negação dos ritos formais.

Quando Bolsonaro utiliza uma caneta de tipo comum, semelhante às que muitos brasileiros possuem em casa, em detrimento de uma caneta sofisticada tradicionalmente usada na situação, para assinar a posse de seus ministros na ocasião em que recebeu a faixa presidencial de Michel Temer, em 1º de janeiro de 2019, o estadista assume um projeto voluntário, calcado na informalidade e na negação aos ritos formais, de aproximação e representação dos seus apoiadores, orientado para pedagogização da antipolítica.

Nessa lógica, o personagem empírico bolsonarista é a representação simbólica da antipolítica, entendida por Elias (1997) como a manifestação de um código de honra contrário ao código de conduta humanista, a partir de um forte apelo à coletividade e de um *ethos* guerreiro que valoriza a crença nacionalista e militarista. Nesse sentido, a antipolítica do indivíduo bolsonarista se traduz no desprezo à cultura, às artes e à ciência, como parte de um *habitus* violento que responde à construção pedagógica de uma configuração orientada para um saudosismo militar. Para tanto, o indivíduo bolsonarista

---

<sup>4</sup> Não queremos dizer, com isso, que exista apenas um tipo de eleitor/defensor de Bolsonaro. Há uma complexidade de características idiossincráticas nestes elementos. O que queremos, ao construir esse personagem empírico, é mostrar algumas características que sustentam essa configuração política e social e que se reproduzem nos discursos e nas ações desses indivíduos.

não é passivo; trata-se de um sujeito que aceita e tensiona o processo de pedagogização, respondendo de forma ativa na configuração social.

Um elemento fundamental para a pedagogização da barbárie materializada no personagem empírico bolsonarista diz respeito à pluralização de mídias digitais e à disseminação de *fake news*. A circulação instantânea e massiva de notícias falsas durante a corrida presidencial de 2018 operou como membro de apoio ao inimigo imaginário comunista criado por Bolsonaro e seus apoiadores. Nessa ótica, a criação e expansão das redes de *fake news* atua de modo a acelerar o processo de pedagogização da barbárie, enquanto, na sociedade alemã nazista tal processo aconteceu de forma mais lenta.

De modo geral, o personagem bolsonarista atua de forma a desacreditar as instituições, sejam elas pertencentes ao Estado (Judiciário, Legislativo, Universidades e Instituições científicas, por exemplo) – e, conseqüentemente, fundamentais para assegurar os direitos sociais da população e para sustentar o Estado democrático de direito – ou da sociedade civil, caso dos meios de comunicação. A construção e a difusão pelas redes bolsonaristas de *fake news*, de modos de agir e de argumentar são estratégias que visam a desgastar e deslegitimar tais instituições, republicanas, na opinião pública.

Ao mesmo tempo, são levadas a cabo tentativas de ocupar tais instituições com tipos bolsonaristas – como é o caso da nomeação de reitores nas Universidades – e, em paralelo, construir novas configurações nas instituições, como pode ser visto na politização das instituições militares e na aproximação com organismos policiais com a intenção da sua militarização. Na Alemanha pré-nazista houve uma perda de poder dos antigos sistemas institucionais em relação a novos grupos ascendentes, apesar da resistência dos primeiros (ELIAS, 1997). As Freikorps eram grupos paramilitares que surgiram em toda a Alemanha após a derrota do país na Primeira Guerra Mundial, e que auxiliaram, com o uso da violência, a derrubar a velha república e a substituí-la por uma forte ditadura militar.

O personagem bolsonarista auxilia nesse processo de construção (retomada) de um código moral militar e violento. Na Alemanha, estavam em disputa dois códigos de normas: um código moral igualitário no caráter e cujo valor é o homem; e outro código nacionalista não-igualitário cujo valor supremo é a coletividade (Estado, país, nação), o qual prevaleceu em consonância à ascendência do regime nazista. O emprego de tal código faz com que a estrutura da personalidade da população seja adaptada para uma ordem social autocrática e hierárquica, que é exemplificada no Brasil bolsonarista na frase “um manda e o outro obedece”<sup>5</sup>, dita no cancelamento da compra da vacina.

#### 4. Violência

Um dos comportamentos que Elias (2011) analisa durante a obra “O processo civilizador” é a violência. No capítulos que abordam esse tema: “Mudanças na agressividade” e “Cenas da vida de um cavaleiro medieval”, o autor analisa como os padrões de violência e agressividade foram transformando-se ao longo do tempo. Segundo essas ideias, a sociedade em que vivemos tem uma tolerância à violência bem menor do que em tempos passados. Apesar de termos uma sensação de um mundo cada vez mais perigoso e violento, as cenas de violência chamam mais atenção pois a aceitação que temos desses fenômenos cada vez é menor ao longo do processo civilizador.

Um primeiro exemplo que materializa essa linha argumentativa é o dos Guerreiros Medievais. Elias expõe como as explosões de crueldade não excluía esse personagem

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/um-manda-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-receber-bolsonaro-apos-crise-da-vacina.shtml?origin=folha> Acesso em: 09 dez. 2021.

da vida social e, pelo contrário, os que demonstravam o gosto de matar e torturar eram valorizados, na medida em que, naquela estrutura social medieval frequentemente beligerante, comportamentos como esses se mostravam necessários e vantajosos. Além disso, o autor descreve com detalhes como os guerreiros, durante os séculos XI a XVI, foram atraídos para uma interdependência cada vez mais acentuada em relação a outras classes e grupos sociais, caindo na dependência funcional e institucional. Nessas outras configurações sociais, boa parte deles foram, paulatinamente, transformados em cortesãos.

Durante esse tópico, mostra-se a crueldade (vista aos olhos de hoje) que esses indivíduos tratavam seus algozes. Outra estratégia empírica elisiana é o uso quadros e imagens do período para completar suas análises. Este é um dos casos. Ele cita uma dessas pinturas para mostrar o nível (aceitável) de violência à época.

No primeiro plano, um dos soldados está esfaqueando um camponês caído; à direita, aparentemente em uma capela, um segundo homem é apunhalado e são roubadas suas posses. (...). Mais para o fundo, um camponês tenta escapar, pulando uma cerca, mas um cavaleiro montado o pega pela fralda da camisa. (...) Mais para o fundo, cavaleiros ateiavam fogo a uma casa; um deles toca o gado para longe e ataca a mulher do lavrador (p. 199).

Cenas como essas demonstram a rotina de violência e comportamentos agressivos vinculados a esses personagens. A aceitação e normalidade da cena são descritos pelo ritual violento que se perpetuava pela vida do cavaleiro. Muito diferente de hoje, e isto é uma questão crucial dentro do entendimento da teoria. Não é improvável que cenas como essas sejam reproduzidas ou, pelo menos, tenham alguma semelhança em partes do mundo, principalmente contextos tomados pela beligerância. Porém, o que importa para Elias é que o nível de aceitação é muito diferente nos dias atuais.

A partir dessa reflexão teórica e da apresentação desse personagem (cavaleiro medieval), o que precebe-se é que a violência faz parte da configuração no que tange a formação psicogenética e sociogenética da configuração. Assim, os níveis de aceitação de agressividade são compreendidos e aprendidos a partir de processos sociais que estruturam a personalidade.

Para investigar a institucionalização da violência na forma do holocausto na Alemanha do século XX, Elias (1997) analisou a configuração social da época, evidenciando como o indivíduo alemão aceitou o holocausto de forma pedagógica. Nesse sentido, empreendemos o esforço de analisar a configuração da sociedade brasileira comparativamente com a configuração da sociedade alemã a fim de evidenciar possíveis similaridades e especificidades. Aproximações aparentes podem ser observadas no nacionalismo exacerbado, a partir do apelo emocional à coletividade e da polarização entre um código de conduta humanista e um código de conduta nacionalista; na criação de um inimigo imaginário comum, e na forte presença física e simbólica militar.

Na sociedade alemã, Elias (1997) evidencia como a prática de duelos orientava as pessoas à pedagogização e legitimação da violência. O Estado permitia que o duelo fosse praticado pelas elites, institucionalizando um processo de diferenciação social, uma vez que as leis coercitivas do Estado, úteis para manter a ordem entre as massas indisciplinadas, não se aplicavam à prática do duelo e, portanto, aos sujeitos que o praticavam. Logo, a violência dos duelos atuava na projeção de uma classe social acima do Estado. Podemos pensar essa operação na sociedade brasileira do governo Bolsonaro a partir da lógica da defesa da posse e porte de armas e da hierarquização rígida das funções estatais. O processo de diferenciação social desenvolvido pela violência dos duelos aproxima-se da violência defendida por aqueles que aqui denominamos “bolsonaristas”, a partir da defesa do armamento legal de sujeitos que detêm condição financeira para tal. Em ambas configurações referentes a Alemanha nazista e ao Brasil de

Bolsonaro, o Estado aceita e seleciona as pessoas que estão aptas a exercer a violência, criando hierarquias de forma institucional.

Além disso, identificamos investimentos para institucionalizar práticas de violência mediante a redução ao nível biológico da vida de sujeitos componentes das minorias sociais. A biologização é importante para entender a barbárie do holocausto na medida em que responde ao padrão social humano de homens fortes e capazes de dar conta de uma sociedade produtiva. Os indivíduos que não portavam as características referentes ao padrão social aceito não eram considerados seres humanos. Nesse sentido, o processo de desumanização legitima a barbárie ao passo que justifica a execução de sujeitos que “não são humanos”. De forma análoga, o discurso institucional de Bolsonaro pedagogiza os indivíduos para não respeitarem sujeitos diferentes do padrão branco, homem, heterossexual e cis gênero. Os sujeitos que não respondem a esse padrão são desumanizados como forma de legitimar a violência de que são alvo.

Ademais, no caso do Brasil, o autoritarismo presente nos discursos do governo Bolsonaro é justificado por uma história muito próxima de um regime militar autoritário que se contrapõe com os ideias libertários e democráticos que foram introduzidos no país nos últimos anos. Os simpatizantes desse regime viram em Bolsonaro um retorno a uma época em que eles – os simpatizantes – acreditam que teria sido mais “honesta” e “organizada”.

Teoricamente, o que pode-se concluir é que o governo Bolsonaro é um retorno a um passado que formou a psicogênese de uma grande parcela da população, que atribui a esse período uma sociedade melhor. Essa formação sociogenética/psicogenética põe em tensão os avanços sociais instituídos no Brasil no período pós-militar. Deste modo, pode-se compreender o bolsonarismo como um militarismo estruturante da personalidade de uma parcela da população brasileira.

## 5. Gerações

Certos conflitos se deram na Alemanha entre as gerações nascidas no pós-guerra e no período anterior, pois as primeiras culpavam as segundas pela “destruição e degradação da Alemanha, mas também pela humilhação da maioria dos Estados europeus vencedores, pela perda de sua anterior grandeza” (ELIAS, 1997, p. 366). As diferentes experiências, ideais e moralidade constituíam códigos de conduta diferenciados e, de certo modo, em oposição. Para Elias, tal tensão, proeminente nas gerações nos anos 1960 e 1970, entre uma juventude em busca da libertação da vergonha do passado alemão e do estigma do nazismo, e uma burguesia dirigente estabelecida que representava a opressão e coerção que lhes era imposta, se dava a respeito do significado e valor da República.

As gerações de alemães que se dedicaram às Freikorps estavam carentes de significação, em decorrência da diminuição imposta ao exército alemão, do sentimento de humilhação após a derrota na Primeira Guerra e da falta de oportunidades de excitação agradável. Desse modo, os conflitos políticos assumiram as funções de criação de significado, que numa época anterior eram desempenhados pelas lutas religiosas. Elias mostra, desse modo, que os indivíduos buscam espaços e práticas sociais para dar significados relevantes à sua vida, e que na Alemanha entre guerras esse foi um elemento importante para a adesão maciça da população ao nazismo.

No Brasil, a noção de geração auxilia a interpretar a adesão de grande parte população ao bolsonarismo, tendo em vista a manutenção de uma ditadura militar no poder central do país de 1964 a 1984, na qual prevaleciam os modelos militares de comando e obediência sobre os modelos de negociação e persuasão. As crenças e valores incutidos, traduzidos em símbolos como coragem, obediência, honra e disciplina, responsabilidade e lealdade, foram incorporados por gerações de brasileiros nascidos e

crescidos durante os governos militares. A construção de tal *ethos* militar acaba, nas relações sociais, por definir, ou influenciar fortemente, o *ethos* do trabalho, o *ethos* nacional e a consciência dos indivíduos.

O acordo entre os civis e militares para o fim da ditadura brasileira, o qual se deu sem punição para os crimes promovidos pelo Estado naquele período, manteve, em alguma medida, na consciência dos indivíduos daquela geração um bom lugar para aquele período, o modelo de sociedade desenvolvido e os valores preconizados. É razoável supor que em momentos de crise, nos quais a significação da vida dos brasileiros – em especial daqueles formados pelos valores nacional-militares – fica enfraquecida, aqueles sujeitos recorram a um passado idealizado, no caso, um passado militar.

Os brasileiros foram governados por ditaduras militares durante grande período de tempo desde a formação da República em 1889, a qual foi inclusive instaurada por um golpe militar. O Estado bolsonarista não é propriamente uma ditadura militar. No entanto, seu governo tem um militar na vice-presidência e possui mais ministros militares que alguns dos governos da última ditadura, além dos demais cargos ocupados por esse sujeitos no governo. Ademais, em termos da construção/resgate de um código de conduta, o bolsonarismo se assemelha muito mais aos governos militares do que aos governos pós-ditadura. Pode-se afirmar que se formou um “novo Estado” sem uma ruptura institucional, já que o governo foi eleito e os poderes estão em funcionamento, apesar das frequentes ameaças por parte do Executivo de “fechar” os demais.

Ao mesmo tempo, em apoio ao presidente, grupos paramilitares têm se formado, recebido recursos e ameaçado o STF e o Congresso, fatos que sugerem que é desejo do bolsonarismo a instalação de uma ditadura. A exaltação pelo presidente da tentativa de golpe na troca de poder nos Estados Unidos e a busca recorrente por armar a população brasileira corroboram com a ideia de um possível golpe militar em caso de perda das eleições de 2022. No entanto, até então o “novo Estado” militarista foi construído dentro das regras democráticas, possivelmente porque uma ditadura não seria bem recebida por grande parte da população. Em comparação com 1964, as redes de interdependência são atualmente mais amplas e conectadas a nível mundial, o que faz com que a deslegitimidade de regimes ditatoriais promovida pelo mundo ocidental e reverberada pelos meios de comunicação tenha sido inculcada em grande parcela da população brasileira.

Uma vez que a maior interdependência entre os países a nível mundial e, sobretudo, no ocidente, sustenta uma cultura democratizante em oposição a regimes de repressão política, cultural e social<sup>6</sup>, a intenção do governo de Bolsonaro, ao menos no discurso, não é de ruptura com o Estado antigo para formação de um novo Estado, de modo a privilegiar o desgaste das instituições sem necessariamente haver uma ruptura. Logo, enquanto a sociedade alemã analisada por Elias tinha por objetivo o rompimento com o parlamentarismo/republicanismo e a instalação de uma ditadura que era legítima pelas redes de interdependência, o Estado bolsonarista mantém a aparência democrática e institucionaliza a violência sem promover uma ruptura clássica de um golpe militar.

No que se refere aos códigos de conduta construídos e valorizados na sociedade brasileira, há de se compreender que, em oposição à ideia de que o povo brasileiro é “cordial” e “tolerante”, estudiosos como Schwarcz (2019) têm mostrado que as causas das violências contra o povo negro, os povos originários, os cidadãos mais pobres, as mulheres e a população LGBTQI são estruturais, elevadas e recorrentes. Um código de conduta militar tolera muito mais a violência do que um código de conduta humanista – o qual prega por valores democráticos, fraternos, de tolerância e empatia –, quando não a

---

<sup>6</sup> Pesquisas indicam a preferência dos sujeitos ocidentais por regimes democráticos. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/apoio-a-democracia-chega-a-75-e-bate-recorde-em-meio-a-ameacas-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 09 dez. 2021.

incentiva, como é o caso das guerras e, em certa medida, da própria agenda política bolsonarista.

De acordo com Elias, as estruturas de personalidade levam três, quatro ou cinco gerações para se adaptar a um novo código de comportamento, o que não se dá sem tensão nem de forma linear. Ou seja, as formas de agir e os valores ressaltados continuam vivendo na consciência das gerações subseqüentes. Por outro lado, jamais houve na sociedade brasileira um período maior do que uma ou duas gerações sem uma ditadura militar, com seu código de conduta, no poder central. Assim, por mais que nesses períodos entre ditaduras os processos civilizadores sobrelevem um código humanista de valores e conduta, os setores nacional-militares da sociedade acabam por novamente tomar o poder e resgatar seu código de valores, em parte ainda presente na forma idealizada de um passado glorioso na consciência dos indivíduos, sobretudo daqueles da geração anterior.

Na Alemanha entre guerras, buscava-se a “restauração de um mundo antigo (...) de um império alemão (...) cuja hierarquia de status o oficialato e os valores militares ocupariam de novo o alto lugar que lhes era apropriado. Disciplina militar, firmeza e coragem” (ELIAS, 1997 p. 177). A busca do bolsonarismo por um passado idealizado pode ser interpretada, desse modo, como uma reação à mudança dos valores e das condutas no seio da sociedade brasileira. A profusão de direitos legais e sociais aos grupos minoritários é um exemplo de crescimento e valorização de um código humanista durante o período não-militar mais recente. Os brasileiros herdeiros do código nacional-militar não podiam mais agir de forma preconceituosa, racista, machista ou homofóbica, nem mesmo em piadas ou brincadeiras, pois os defensores do código humanista – compostos sobretudo pelas novas gerações ou pelos combatentes da ditadura – lhes acusavam e envergonhavam. A vida dessa geração anterior havia perdido significação em certos círculos sociais.

Bolsonaro foi alçado à presidência para dar significado à vida desses sujeitos; para isso se aliou às elites financeiras com a promessa de privatizar as companhias estatais e diminuir os direitos sociais. Para as novas gerações ele tem promovido a militarização da educação (e o repúdio a Paulo Freire) com a criação e o investimento em escolas organizadas por militares, nas quais regem os valores da obediência e da disciplina. Apesar de ainda serem poucas escolas militares ou “cívico-militares” frente à dimensão da escola pública brasileira, a diminuição do investimento do Ministério da Educação para a educação básica registrada no bolsonarismo exige a preocupação para com a formação da geração subseqüente de brasileiros advindos na escola pública. Em termos eliasianos, pode-se afirmar que o investimento do governo na escola militar na realidade brasileira mantém aceso o código de conduta militar para as gerações subseqüentes.

## 6. Marxismo

O século XX, para Elias (1997, p. 197), ficou à sombra da Revolução Russa de 1917, já que o seu efeito mais importante estava associado a uma “crença na necessidade de violência e baseado numa teoria exposta em livros”. Para esse autor, o êxito de Hitler em conjunto com a inação dos aliados quando da sua ascensão só podem ser entendidos como consequência da revolução russa. Tal configuração só foi possível a partir da aversão das classes médias alemãs e de parte das classes trabalhadoras ao bolchevismo<sup>7</sup> e à expansão do modelo russo para outros países.

No período entre guerras, o temor “dos aliados pelo militarismo alemão estava sendo deslocado para segundo plano pelo medo do militarismo russo” (ELIAS, 1997, p. 203). Desse modo, muitos estadistas ocidentais toleraram e até mesmo lhes agradava a

---

<sup>7</sup> Ideologia do grupo majoritário do Partido Operário Social-Democrata Russo, adepto do marxismo revolucionário defendido por Lênin.

ideia de fortalecer os movimentos militares anti-russos e anticomunistas, mesmo que tais movimentos fossem realizados pela Alemanha, que, apesar de ter sido derrotada na Primeira Guerra, pôde manter um exército de 100 mil pessoas. Nesse contexto, é possível observar que o crescimento do nazismo e do militarismo alemão foram permitidos e, em certa medida, incentivados como uma reação ocidental que tinha o objetivo de combater a expansão do comunismo soviético.

No Brasil, o argumento de “combate ao comunismo” foi empregado por diversas vezes em diferentes momentos. Foi ele a principal justificativa alegada pelos militares, por setores midiáticos e de classes elevadas para o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar. Por sua vez, também foi uma das principais premissas manifestadas pelos congressistas que apoiaram o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, bem como pelos eleitores de Jair Bolsonaro em 2018. Para o personagem bolsonarista, são “coisas de comunista” as Universidades Federais, Paulo Freire e a educação emancipatória, o combate à desigualdade, a preservação do meio ambiente, os direitos humanos, a reforma agrária, a Covid-19 e o isolamento social, entre outras confusões e construções elaboradas por esse movimento – que, por sua parte, se aliou a um movimento internacional que utiliza habilmente de *fake news* e de redes sociais como instrumentos para chegar ao poder em diversos países e fazer valer seu código de conduta.

Entretanto, a utilização dessa estratégia de combate a uma possível revolução comunista no Brasil do século XXI tem pouca relação com a realidade empírica, tendo em vista que nenhum partido de esquerda com algum alcance sugere a instalação de um regime comunista no país. Ao contrário, o Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país durante 13 anos, sempre o fez aliado aos setores produtivo e financeiro, bem como inseriu o incentivo ao consumo das famílias como uma importante agenda política.

Assim sendo, tal argumento nunca esteve amparado em fatos e, por isso, não pode ser verdadeiramente considerado por aqueles que detêm algum nível de esclarecimento. Desse modo, ele deve ser percebido como uma estratégia de certos grupos políticos – aliados a setores do judiciário, a conglomerados de mídia e a elites políticas financeiras nacionais e internacionais – cujo objetivo era acessar o poder por outras vias, já que o PT havia ganhado as últimas quatro eleições. O combate ao PT e à sua agenda de políticas sociais (apesar de insuficientes, como indicam certos críticos) foi construído a partir de uma associação entre a sua imagem e uma ideia distorcida de comunismo. Para parte dos brasileiros, o comunismo deveria ser combatido; esse repúdio permanecera na psicogênese dos indivíduos, dado que essa repulsa era um importante remanescente do código de conduta da ditadura militar.

A dimensão dos conflitos entre esquerda e direita tem, para Elias (1997), relação direta com o estágio do processo civilizador de determinada sociedade. Durante o século XX, os países aprenderam a conviver com tensões desse gênero, porém, no Brasil, tais tensões aparentemente aumentaram na última década. O aumento na tensão entre esses grupos e o medo (fantasioso) do comunismo permitiram a ascensão de uma direita-extrema, o bolsonarismo.

Para Elias (1997), o processo de duplo vínculo existente na Europa e, especificamente, na Alemanha, se dava entre os comunistas, cujas ameaças de violência eram uma resposta a ameaças similares feitas por grupos fascistas, e vice-versa. Não só a violência, mas as disputas pelo código de conduta legítimo se davam também; nesse caso, a partir de uma dualidade entre um código moral igualitário no caráter, cujo valor é o homem; e um código nacionalista não-igualitário cujo valor supremo é a coletividade (Estado, país, nação).

O processo de duplo vínculo também auxilia a entender o bolsonarismo, no entanto, ao contrário do ocorrido na Europa naquele período, é possível afirmar que a esquerda brasileira do século XXI não empregou a violência nem cogitou a instalação de

uma ditadura comunista no país. Ao mesmo tempo, os códigos de conduta do petismo (como representante da esquerda que esteve no poder) e do bolsonarismo são distintos da dualidade comunismo-fascismo apresentada por Elias (1997). No governo, a esquerda foi liberal nos costumes e nacional-liberal na economia; enquanto o bolsonarismo é neoliberal na economia e conservador nos costumes. Tal elaboração, simplificada, permite entender que as tensões entre esses grupos se davam em torno de diferenças de ideologias sobre Estado, economia e comportamento. Ademais, essas diferenças endossam que o “medo do comunismo” foi no Brasil uma ilusão construída por aqueles que queriam chegar ao poder e, assim, modificar os códigos de conduta.

No código de conduta militar-bolsonarista, o nacionalismo é um valor importante, como o é normalmente nos grupos militares. No entanto, tal nacionalismo não encontra respaldo em boa parte da agenda política do bolsonarismo, o que mostra uma contradição entre a argumentação e a atuação. O governo se preocupa em vender as suas empresas estatais e repetidamente se coloca em posição hierarquicamente inferior nas relações com os Estados Unidos; que são agendas anti-nacionalistas. As características daquele país como exemplo de liberalismo e capitalismo fazem com que o bolsonarismo considere-os como ideal de potência-nação. Ao mesmo tempo, ações do presidente frente à bandeira estadunidense, ao seu presidente e ao seu hino (as quais constroem os brasileiros nacionalistas) remetem à noção de “viralatismo” sugerida por Nelson Rodrigues e, novamente, dificultam a consideração do nacionalismo como ideal desse código de conduta.

Em contraposição, e em consonância com o repúdio ao comunismo, o bolsonarismo tece regularmente críticas aos países que se identificam atualmente como socialistas/comunistas, como China, Cuba e Venezuela, e associa os seus problemas (falta de liberdade, escassez de recursos, etc.) ao petismo e à esquerda brasileira, associação que, como dito, é demasiado pretensa, dado que os partidos brasileiros de esquerda não têm projeto de transformação comunista no país. A “ameaça do comunismo” no Brasil deve ser lida, desse modo – e em paralelo ao feito pelo nazismo alemão –, como uma categoria de acusação do bolsonarismo para a chegada ao poder, por outras vias, de certos grupos sociais que querem fazer prevalecer um código de conduta militar, estratégia que, até o momento, deu certo.

## 7. Considerações finais

Nesse trabalho, buscou-se refletir sobre o bolsonarismo a partir da obra “Os Alemães” de Elias visando compreender a configuração social que sustenta a barbárie dentro do processo civilizador. Para tal, foram elencados quatro elementos que apresentam a configuração social, a qual permite visualizar as tensões existentes, na Alemanha nazista e no Brasil atual, entre um código moral violento e militar e um outro humanista. O regime bolsonarista, ao escolher pelo primeiro, visa à incorporação desses valores e comportamentos nos seus seguidores e, por consequência, na população do país. O personagem bolsonarista, a violência, as gerações e o marxismo foram os elementos elencados para refletir sobre tais processos (des)civilizadores.

Procuramos mostrar, nas discussões realizadas até aqui, processos sociais que culminam com o surgimento de um governo que pouco ajuda nas transformações sociais que acreditamos ser o caminho civilizador necessário para uma configuração social calcada no humanismo e no conhecimento. Este trabalho desnuda processos perigosos que podem servir de base para uma construção social que se distancia da humanização.

Não temos a menor pretensão de reproduzir a qualidade da obra de Norbert Elias sobre os processos de pedagogização e de incorporação do *habitus* alemão pré-segunda guerra, nem queremos fazer uma comparação entre as obras. Substancialmente, o que queremos é utilizar essa obra – “Os alemães” – para alertar como os processos sociais

são instáveis e sensíveis a uma pedagogização quase imperceptível que orienta o comportamento no sentido da barbárie.

Ademais, esse artigo vem ao encontro da necessidade de um posicionamento acadêmico sobre uma temática muito cara à configuração atual. Devemos nos posicionar e demonstrar as tensões que podem levar a um caminho perigoso. A intensão de inserir esse artigo em uma revista reconhecida no campo das ciências sociais também é um ato político; de resistência. Pois, acreditamos, por tudo que foi exposto, que o conhecimento formal, que passa pelo crivo de pares e por filtros sérios e comprometidos com a produção de conhecimento é um dos alicerces de uma configuração social mais humana.

O que buscamos é, a partir das reflexões advindas de Norbert Elias, gerar tensões e publicizar ideias e ideais que objetivem a incorporação social de um *habitus* e, por consequência, um código de ética social de respeito, aceitação e transbordamentos de padrões. Isso foi alcançado, pelo menos parcialmente, nos governos que antecederam o atual. Entretanto, houve uma lesão no tecido social que deve ser tratada, para que no futuro, ela não desapareça, para que possamos lembrar dos processos ao olhá-la, mas que não deixe uma cicatriz tão profunda que não possa ser curada.

A pandemia da Covid-19 intensificou essa lesão na medida em que tornou evidente as diferenças entre grupos ideológicos pedagogizados de formas diferentes. Por um lado, aqueles que acreditavam no discurso científico e nos cuidados sugeridos por instituições reconhecidas como a OMS, que advogavam sobre a importância do uso de máscaras e do distanciamento social. Por outro lado, aqueles que acreditavam em “teorias conspiracionais” e desacreditavam nas instituições, fazendo passeatas pró-armamentismo e contra as instituições (caso do Supremo Tribunal Federal). Do ponto de vista do governo, o presidente ratificou as ações do segundo grupo, indo para aglomerações, não utilizando máscara e defendendo medicamentos de prevenção que não têm nenhuma comprovação séria de sua eficácia.

Nesse sentido, o projeto bolsonarista orientado para a pedagogização dos sujeitos quanto ao descrédito da ciência e das instituições provocou tensões tão profundas na configuração social brasileira que podem ser observadas na marca de 616 mil mortes vítimas da Covid-19 em dezembro de 2021<sup>8</sup>.

Alertamos, portanto, para os perigos de tais atitudes. Assim como na obra “Os alemães”, em que Elias mostra um processo de pedagogização orientado para a aceitação de um regime autoritário e violento, vemos, no Brasil, um processo muito parecido. De modo semelhante à Alemanha nazista, o Brasil bolsonarista atua para o descrédito das instituições e da ciência e se alia a um pensamento armamentista, o que pode provocar consequências graves no que tange à democracia e à liberdade.

## Referências

EL PAÍS. **Casos de censura à imprensa no Brasil expõem clima de “degradação da liberdade”**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-08/casos-de-censura-a-imprensa-no-brasil-expoem-clima-de-degradacao-da-liberdade.html>. Acesso em 09 dez. 2021.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2014.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

---

<sup>8</sup> Fonte: < <https://g.co/kgs/6iLgEd> >. Acesso em: 09 dez. 2021.

ELIAS, N. **Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ELIAS, N. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, vol. 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador**, vol. 2: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ELIAS, N; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Um manda, o outro obedece”, diz Pazuello ao receber Bolsonaro após crise da vacina**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/10/um-manda-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-receber-bolsonaro-apos-crise-da-vacina.shtml?origin=folha>. Acesso em 09 dez. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Apoio a democracia chega a 75% e bate recorde em meio a ameaças de Bolsonaro**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/apoio-a-democracia-chega-a-75-e-bate-recorde-em-meio-a-ameacas-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 09 dez. 2021.

GOOGLE. **Estatísticas Coronavírus Brasil**. Disponível em: <https://g.co/kgs/6iLqEd>. Acesso em: 09 dez. 2021.

ISTO É. **A censura, outra vez**. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-censura-outra-vez/>. Acesso em 09 dez. 2021.

SCHWARCZ, LM. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.